



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

CHAMADA PÚBLICA 001/2021 AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Chapecó/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 957 -S, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

A aquisição dos gêneros alimentícios é destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, para compor o kit de alimentação escolar. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até dia 15 de março de 2021 às 09h00min, na Diretoria de Gestão de Compras do Município de Chapecó, localizada no endereço supra citado. Conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA COMPOR O KIT DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

1.2. As especificações técnicas dos alimentos estão disponíveis no Anexo I.

2. FONTE DE RECURSO

2.1. Recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Cód. Red.	Proj/Atividade	Elemento
107	Transf. FNDE - PNAE	3.3.90.00

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.

3.2. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

3.2.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- IV. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.3. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

3.3.1 O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF de cada agricultor;
- II. Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- IV. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- V. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3.4. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

3.4.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I. A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II. Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal;
- VI. Prova de regularidade junto ao FGTS;
- VII. Prova de inexistência de débitos trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- VIII. Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- IX. Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

X. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

XI. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

3.5. Toda a documentação deverá estar vigente e sem emendas, rasuras ou ressalvas;

3.6. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão.

4. ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA

4.1. No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo II (modelo da Resolução FNDE n.º 04/2015).

4.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos.

4.3. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo item 5 do presente Edital e no caso de divergências ou lacunas pelo estabelecido no art. 25 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.

4.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.5. Os valores propostos deverão estar de acordo com o valor médio proposto no objeto.

4.5.1. A(s) proponente(s) que apresentar (em) projeto(s) de venda com valores em desacordo, será(ão) desclassificada(s).

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção das propostas, os projetos de venda habilitadas serão divididos em:

I. Grupo de projetos de fornecedores locais;

II. Grupo de projetos do território rural;

III. Grupo de projetos do Estado;

IV. Grupo de propostas do País.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I. Grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

II. Grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III. Grupo de projetos do Estado terá prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

5.3.1 Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. O(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar deverão entregar as amostras em até 03 (três) dias após a fase de habilitação em horário e local a ser indicado pela requerente para serem submetidas a testes de avaliação sensorial.

6.2. O resultado da análise será divulgado em até 03 (três) dias após o prazo da apresentação das amostras.

7. LOCAL, PERIODICIDADE E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em duas etapas semanais, sendo nas terças e sextas feiras conforme Guia de Entrega que será enviada pela Secretaria de Educação com antecedência ao Contratado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

7.2. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação pela contratada de guias de entrega numeradas e com a data do dia de entrega, com as especificações e quantidades a serem fornecidas para cada instituição de ensino. O setor de alimentação enviará por correio eletrônico as especificações e as quantidades a serem entregues para cada instituição.

Cada guia de entrega será composta por duas vias (uma via para a contratada e uma para a EEx), a via destinada à EEx deverá ser entregue ao setor de Alimentação Escolar, depois de realizada a entrega, constando assinatura do recebedor da Instituição de Ensino.

a) No momento da entrega, o Gestor de cada instituição escolar, ou servidor por este designado, realizará a conferência quanto a quantidade e a qualidade dos produtos entregues.

b) Caso ocorra a necessidade de substituição de produtos, estas deverão ser realizadas no primeiro horário do dia útil subsequente ao dia da entrega.

7.3. O cronograma de entrega deverá ser respeitado rigorosamente, pois, está vinculada ao cumprimento do cardápio e conseqüente balanceamento nutricional a ser ofertado aos alunos.

a) Em caso de falta de produto(s) a contratada deverá informar ao Setor de Alimentação Escolar, com a maior brevidade possível para que seja agilizada a readequação * dos cardápios e a posterior adequação por produto equivalente.

* Adequação por produto equivalente nutricionalmente.

7.4. A Contratada deverá fornecer ao Setor de Alimentação, cópia interna de seu cronograma de entrega, no qual conste o horário e a respectiva instituição, com a indicação do (s) entregador (es).

7.5. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, logística de distribuição, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

7.6. Os gêneros alimentícios deverão ser transportados em condições de higiene e temperatura adequados;

7.7. Os meios de transporte de alimentos, refrigerados ou não, devem garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e deterioração do produto;

7.8. É proibido manter no mesmo continente ou transportar no mesmo compartimento de um veículo os alimentos e as substâncias estranhas que possam contaminá-los ou corrompê-los;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

7.9 Não será permitido o transporte concomitante de matéria-prima ou produtos alimentícios crus com os alimentos prontos para consumo, se os primeiros apresentarem risco de contaminação para esses últimos;

7.10. Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar riscos de contaminação para o produto e devem garantir, durante o transporte, temperatura adequada para o mesmo.

7.11 Os alimentos perecíveis devem ser transportados em veículo fechado, dependendo da natureza sob: Refrigeração: ao redor de 4°C, não ultrapassando 6°C; Resfriamento: ao redor de 6°C não ultrapassando 10°C ou conforme especificação do fabricante expressa na rotulagem; Congelamento: ao redor de (-18°C) e nunca superior a (-15°C).

7.12. Os locais e seus respectivos endereços de entrega estão disponíveis em anexo.

8. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

8.1. O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses, contados a partir de sua assinatura ou até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado pela Secretaria de Educação.

8.2. O fornecedor vencedor, regularmente convocado, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação.

8.3. Caso não haja a assinatura no prazo previsto a administração convocará os interessados remanescentes para que demonstrem seu interesse em assumir o contrato, bem como aplicará aos desistentes as sanções previstas no Edital.

9. DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO

9.1. O pagamento aos fornecedores do presente processo será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal devidamente aceita e mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

9.2 Quando os produtos entregues forem Orgânico/e ou Agroecológico, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) em relação aos preços estabelecidos para os produtos convencionais;

9.3. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do INPC ou outro índice que venha a substituí-lo;

9.4. O pagamento aos beneficiários fornecedores deverá ser precedido de comprovação da entrega e da qualidade dos alimentos, por meio de documento fiscal;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

9.5. Havendo erro ou inconsistência na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos que a acompanham o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

9.5. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

9.5. Os preços não serão reajustados durante a vigência do Contrato.

10. DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

10.1. Do desconto por antecipação de pagamento:

10.2. O MUNICÍPIO poderá negociar descontos para antecipação do pagamento de parcelas;

10.3. O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionado a comprovação de ganhos financeiros reais para o MUNICÍPIO de Chapecó.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR:

11.1 Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as especificações, marcas e prazos, responsabilizando-se pela troca daqueles que não estejam de acordo com o estabelecido;

11.2 Responsabilizar-se pela integralidade dos produtos durante a carga, transporte e descarga dos mesmos, substituindo os que apresentarem danos ou avarias mesmo que de pequena monta.

11.3 Será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento;

11.4 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública durante a vigência do prazo de fornecimento;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

11.5 Durante a vigência do fornecimento, informar o contratante sobre mudanças de endereço, assim como de mudanças de números de telefone e de e-mail informados para contato, imediatamente à ocorrência de quaisquer dessas alterações;

11.6 Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento;

11.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoas, as quais não terão qualquer vínculo empregatício com o município;

11.8 O interessado fica obrigado a fornecer ao Município o extrato atualizado (mensal) das DAPs dos fornecedores que entregarem os produtos no referido mês. Somente após a conferência das DAPs as notas fiscais serão encaminhadas para pagamento.

11.9 Substituir os produtos danificados durante o processo de entrega ou que apresentem defeito de fabricação, falhas, lacres rompidos, embalagem violadas, rótulos rasgados; produtos sem rótulos; embalagem amassada, dentre outros, no prazo de 2 (dois) dias após notificado, sem prejuízo nas sanções previstas no contrato, ficando a contratada responsável pelas despesas com o recolhimento, estando sujeita as sanções previstas no presente contrato;

11.10 Fornecer produtos frescos, em plena validade e de excelente qualidade;

11.11 Os produtos fornecidos, quando perecíveis, deverão possuir validade mínima de 2/3 da sua validade total, no momento da entrega;

11.12 É da CONTRATADA a responsabilidade pelos danos que possam afetar o MUNICÍPIO ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como realizar às suas expensas a reparação dos mesmos;

11.13 Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública nº 001/2021.

12. DAS SANÇÕES:

12.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Pessoa Jurídica, Contratada, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um) por cento sobre o valor da proposta nos casos em que a interessada deixar de apresentar a documentação no prazo estipulado pelo item 3.6 do presente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

- c) Multa de até 5% (cinco) por cento sobre o valor da proposta nos demais casos de descumprimento do edital, em porcentagem a ser estipulada em razão da gravidade;
- d) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta nos casos da interessada não celebrar o contrato, entregar documentação falsa, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- g) Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à Contratada.
- h) Se os valores das faturas forem insuficientes para o pagamento das multas, deverá a licitante recolher a diferença da importância devida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação oficial;
- l) Não sendo o pagamento realizado no prazo estipulado, o valor originário das multas será inscrito em dívida ativa;
- j) A aplicação das multas não exime a Contratada das demais sanções previstas no presente Contrato.
- k) À Contratada será notificada da aplicação das sanções e terá assegurado o direito de defesa de que trata o § 2º, do artigo 87, da Lei Nº. 8.666/93.

13. DO DIREITO AO RECURSO:

13.1. Da rejeição total ou parcial do projeto de venda ou da inabilitação da proponente, ou, ainda, da habilitação ou aceitação de projeto de venda caberá recurso administrativo no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da intimação;

13.2 Os recursos deverão ser endereçados a Comissão permanente de licitação, que poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazer subir, informado, à autoridade para decisão;

13.3 Os recursos deverão ser encaminhados através de e-mail licita@chapeco.sc.gov.br ou entregues na Diretoria de Gestão de Compras, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, Centro, de segunda a sexta-feira.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

14.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida de 2ª a 6ª feira, no horário de expediente, na Diretoria de Gestão de Compras, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S ou pelo fone (49) 3321-8456 ou pelo site www.chapeco.sc.gov.br.

14.2. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

14.3. Fazem integrante do presente edital:

- a) Relação de gêneros alimentícios com as especificações que devem ser constituídas (anexo I)
- b) Modelo de projeto de venda (anexo II)
- c) Locais e endereços de entrega (anexo III)
- d) Minuta Do Contrato (anexo IV)
- e) Guia de entrega (anexo V)

Chapecó/SC, 17 de fevereiro de 2021.

ASTRIT MARIA SAVARIS TOZZO
Secretária de Educação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Descrição Técnica dos Alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar - Chamada Pública 2021	Unid.	Quantidade
1. ABÓBORA JAPONESA		
Produto com formato globular achatado, casca rugosa de cor verde escuro e sem brilho, polpa amarelo intenso. De primeira qualidade, fresca, tenra, preferencialmente orgânica. Ausência de ferimentos, corpos estranhos, parasitas, terra e sujidades. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	8.000
2. ABOBRINHA ITALIANA		
Produto de primeira qualidade, sem defeitos, intactas, firmes e bem desenvolvidas, preferencialmente orgânica, livre de terra, ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	8.000
3. ACELGA		
Tamanho e coloração uniforme, preferencialmente orgânica, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio e transporte. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	11.000
4. ALFACE (Mimososa, Crespa, Lisa e Roxa)		
Alface tipo crespa e lisa, preferencialmente orgânica, fresca, de tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio e transporte. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	7.500
5. ALMEIRÃO		
Tamanho e coloração uniforme, preferencialmente orgânico, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, isento de material terroso e umidade	Kg.	150



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio e transporte De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.		
6. ARROZ PARBOILIZADO		
Tipo 1, longo, grãos inteiros de primeira qualidade, com coloração característica, teor de umidade máximo de 15%, isento de sujidades e matérias estranhas. Apresentar quantidade muito baixa de grãos quebrados ou defeituosos. Ausência de grãos ardidos, brotados, imaturos, mofados ou carunchados. A embalagem do produto deverá ser a original do fabricante, em sacos plásticos atóxicos, devendo estar íntegras, limpas, sem amassados ou estufamentos, não rasgadas ou abertas. O rótulo deve conter: data de fabricação/envasamento, data de validade, número do lote, informação nutricional, peso do produto, nome do produto, marca, modo de preparo e rendimento, fabricante do produto, número do registro no Ministério da Saúde e ou da Agricultura e carimbo de inspeção. De acordo com a Instrução Normativa MAPA Nº 6, de 16 de fevereiro de 2009. Kg. Pacotes de polietileno de 5 kg.	Kg.	45.000
7. BANANA CATURRA		
Produto fresco, em pencas, preferencialmente orgânica, com grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor característico. Grau de maturação que permita a manipulação, transporte e armazenamento, permanecendo adequada para o consumo. Sem lesões provocadas por insetos, doenças ou ação mecânica. Sem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de umidade externa anormal, aroma e/ou sabor estranhos, livres de resíduos e fertilizantes. Conforme Resolução 12/78 da CNNPA. Kg. Os pedidos serão realizados por unidade, sendo que para o pagamento será utilizado a proporção de 1 kg igual a 10 unidades da fruta.	Kg.	55.000
8. BATATA DOCE		
Batata doce de primeira qualidade, preferencialmente orgânica, coloração branca ou roxa, sem folhas, com tamanho médio, unidades uniformes, sem fermentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície. Ausência de umidade e bolores. De acordo com a	Kg.	7.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.		
9. BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA SABOR MORANGO		
Produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivados de leite, reconstituídos ou não, onde a base láctea represente pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) massa/massa (m/m) do total de ingredientes do produto. Fermentado mediante a ação de cultivo de microrganismos específicos, e/ou adicionado de leite fermentado e/ou outros produtos lácteos fermentados. A contagem total de bactérias lácticas viáveis deve ser no mínimo de 10 ⁶ UFC/g, no produto final, para o(s) cultivo(s) láctico(s) específico(s) empregado(s), durante todo o prazo de validade. Deve apresentar consistência característica e adição de polpa de frutas. Pode conter estabilizantes, conservantes e/ou outras substâncias alimentícias e outros ingredientes funcionalmente necessários para sua elaboração. O produto deve ser isento de sujidades e corpos estranhos, apresentar cor característica e não deve apresentar sabor ácido intenso. Preferencialmente isento de corantes artificiais. Conservado entre 1 a 10° C; validade mínima de 7 dias a contar da data de entrega. Deverá ser embalado em pacote de polietileno, bem vedados. No rótulo deve constar a lista de ingredientes, informação nutricional, nome do produto, marca, peso do produto, fabricante, data de fabricação/embalamento, data de validade, número do lote, Registro no Ministério da Agricultura, além de carimbo de inspeção. Conforme Instrução Normativa nº 16, de 23 de Agosto de 2005 do MAPA. L. Pacotes de polietileno de 1 Litro.	L.	16.500
10. BETERRABA		
Produto com coloração roxa escura, sem folhas, preferencialmente orgânica, de primeira qualidade, com tamanho médio, unidades uniformes, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	12.000
11. BOLACHA CASEIRA SIMPLES/TRADICIONAL DOCE		
Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com farinhas, amidos, féculas fermentadas, ou não, e outras substâncias alimentícias; contem açúcar, além de outras substâncias	Kg.	3.800



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

normais deste tipo de produto. Os biscoitos ou bolachas deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos, devendo estar em perfeito estado de conservação. Devem ser de tamanhos uniformes com 10g cada unidade. Devendo ser devidamente embaladas e conter rótulo conforme legislação vigente. Serão rejeitados os biscoitos ou bolachas mal cozidos, queimados, quebrados ou amassados e de caracteres organolépticos anormais. Não é tolerado o emprego de substâncias corantes na confecção dos biscoitos ou bolachas. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.		
12. BRÓCOLIS		
Produto com coloração verde, tenro, fresco, preferencialmente orgânico, com ausência de sinais de ataques de pragas e doenças e não apresentar folhas amareladas e danos mecânicos. Apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	1.200
13. CARNE SUÍNA SEM OSSO		
Pernil, lombo ou paleta sem ossos, sem pele e sem gordura aparente, cortados em cubos, congelado, cor rosada característica, sem gorduras e nenhum odor não característico. Deve ser embalada em pacotes de polipropileno de forma que não grudem umas nas outras depois de congeladas, com peso de 1 Kg. No rótulo deve estar descrito: marca do produto, nome, procedência, informação nutricional, data de processamento, data de validade, registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção municipal, estadual ou federal. Produto com prazo de validade de no mínimo 6 meses e data de fabricação de no máximo 30 dias. Kg. Pacotes de polietileno de 1kg.	Kg.	17.000
14. CEBOLA		
Cebola tipo amarela de primeira qualidade, bulbos de tamanho médio e uniformes, preferencialmente orgânica, sem ferimentos ou defeitos, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	12.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

15. CENOURA		
Produto sem as folhas, preferencialmente orgânica, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos e/ou terra aderidos à superfície externa. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	16.000
16. CHICÓRIA		
Produto com tamanho e coloração uniforme, preferencialmente orgânico, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio e transporte. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	4.000
17. CHUCHU		
Chuchu tipo branco ou verde, tamanho médio, de primeira qualidade, preferencialmente orgânico, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e coloração uniforme, livres de terra. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	17.000
18. COUVE- FLOR		
Produto fresco, preferencialmente orgânico, de primeira qualidade, inflorescência de tamanho médio, inteira, tenra, com coloração branca ou creme claro, sem manchas escuras, livre de sujidades, parasitas, insetos ou resíduos de fertilizantes. Ausência de danos mecânicos. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	900
19. COUVE- FOLHA		
Couve-folha tipo manteiga, preferencialmente orgânica, folhas de tamanho médio, limpas e de boa qualidade, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Coloração uniforme e sem manchas. Devem estar isentas de material terroso, livres de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transportes. De acordo com a Resolução CNNPA Nº 12/1978. Kg.	Kg.	400
20. DOCE DE LEITE CREMOSO OU EM PASTA		
Doce de leite é o produto resultante da cocção de leite com açúcar, podendo ser adicionado de outras substâncias alimentícias permitidas, até concentração conveniente e parcial caramelização. O doce de leite	Kg.	1.450



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

<p>deve ser fabricado com matérias primas limpas, sãs, isentas de matéria terrosa, parasitos, e em perfeito estado de conservação. O leite empregado deve apresentar-se normal e fresco. No preparo do produto, o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar. Não pode conter substâncias estranhas à sua composição normal; É proibida adição de gorduras estranhas, geleificantes ou outras substâncias, embora inócuas exceto o bicarbonato de sódio em quantidade estritamente necessária para a redução parcial da acidez do leite, conforme Resolução CNNPA nº 12/1978. No rótulo deve constar a denominação "Doce de leite"; Embalagem deve ser própria, atóxica contendo 0,5kg e 1kg. As embalagens não deverão estar danificadas e/ou sujas. Na embalagem individual deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 06 (seis) meses a partir da data de fabricação que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias na data de entrega. Deverá ser feita a reposição do produto no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade e embalagens danificadas ou que não correspondam à descrição do produto. Kg.</p>		
21. ESPINAFRE		
<p>Produto fresco, com folhas bem desenvolvidas, íntegras e intactas, preferencialmente orgânico, coloração verde escura, isento de materiais terrosos, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos e sem sinais de apodrecimento. De acordo com a Resolução CNNPA Nº 12/1978. Kg.</p>	Kg.	150
22. FARINHA DE MILHO/FUBÁ MÉDIA		
<p>Produto obtido pela torração do grão de milho amarelo (<i>Zea mays</i>, L.), desgerminado ou não, previamente macerado, socado e peneirado. A farinha deve ser fabricada a partir de matéria prima limpa e isenta de matéria terrosa e parasitos. Não pode estar úmida, fermentada ou rançosa.</p> <p>No rótulo deve constar a denominação do produto de acordo com sua designação ou classificação, além de outras informações conforme legislação vigente. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Pct</p>	Kg.	11.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

de 01 Kg.		
23. FEIJÃO PRETO		
<p>Feijão preto tipo 1, safra nova, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies.</p> <p>As embalagens utilizadas no acondicionamento do feijão deverão assegurar a proteção, conservação e integridade do produto, e também permitir visualizar as características do mesmo. Primária: saco plástico atóxico, transparente, resistente, hermeticamente fechado, com peso líquido, contendo as seguintes informações, impressas na própria embalagem ou em etiqueta impermeável: Nome completo do alimento e tipo; Marca; Data de fabricação e data de validade; Nome e endereço completo do fabricante ou embalador; Peso ou volume líquido, ou peso drenado, com respectivas unidades de medidas. Embalagem contendo 1 kg. Sigla e nº de registro em vigência no órgão competente. Kg.</p>	Kg.	27.000
24. IOGURTE SABOR MORANGO		
<p>Produto resultante da fermentação do leite integral pasteurizado ou esterilizado, realizada com cultivos protossimbióticos de <i>Lactobacillus delbruekii subsp. bulgaricus</i> e <i>Streptococcus salivarius subsp. thermophilus</i>. Deve apresentar consistência cremosa ou firme e adição de polpa de frutas. Preferencialmente isento de corantes artificiais. Pode conter estabilizantes, conservantes e ou outras substâncias alimentícias, conforme Instrução Normativa Nº 46/MAPA. O produto não deve apresentar sujidades, corpos estranhos, cor não característica do produto e nem sabor ácido intenso. Conservado entre 1 a 10° C; validade mínima de 7 dias a contar da data de entrega. Deverá ser embalado em pacote de polietileno, bem vedados. No rótulo deve constar a lista de ingredientes, informação nutricional, nome do produto, marca, peso do produto, fabricante, data de fabricação/envasamento, data de validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde e da Agricultura/SIF/DIPOA, além de carimbo de inspeção. De acordo com Instrução Normativa Nº 46, de 23 de outubro de 2007. L. Pacotes de polietileno de 1 Litro.</p>	L.	8.000
25. LARANJA (Lima, Bahia, Pêra)		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Laranja madura, de primeira qualidade, frutos de tamanho médio, uniformes, aroma e sabor característicos da espécie, sem ferimentos e/ou defeitos, frutos frescos, firmes, preferencialmente orgânicos. Conforme Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg. Os pedidos serão realizados por unidade, sendo que para o pagamento será utilizada a proporção de 1 kg igual a 10 unidades da fruta.	Kg.	20.000
26. MANDIOCA		
Mandioca descascada, congelada, tipo branca ou amarela, de primeira qualidade, preferencialmente orgânica, raízes grandes, uniformes, frescas, inteiras, sem ferimentos e/ou defeitos, não fibrosa, livre de terra e corpos estranhos. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Congeladas em frações uniformes de aproximadamente 10 cm. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto e outras informações de acordo com o preconizado por legislação vigente. Kg. Pacotes de polietileno de 1 kg.	Kg.	14.000
27. MORANGO CONGELADO		
Fruta limpa congelada devidamente embalada contendo rótulo de acordo com legislação vigente com informações como lote, prazo de validade, origem do produto e conteúdo líquido. As frutas devem ser sãs preferencialmente inteiras, consistência e coloração próprias, não esmagadas, em ponto de maturação adequado para o consumo e isentas de parasitos, de detritos animais ou vegetais e de matéria terrosa, preferencialmente orgânica. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg	Kg.	2.000
28. OVOS DE GALINHA		
Ovos de galinha vermelhos, frescos, pesando aproximadamente 50 gramas cada. A casca deverá estar limpa, íntegra e sem manchas ou deformações. Deverão ser entregues em bandejas de papelão ou polietileno, contendo rótulo com identificação do estabelecimento produtor, data de fabricação, prazo de validade e lote, identificação de registro no serviço oficial de inspeção, dentre outras informações	DZ.	30.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

conforme legislação vigente. Dúzia. Os pedidos serão realizados por unidade e o respectivo pagamento por dúzia.		
29. PEPINO		
Tipo comum, com tamanho e coloração uniformes, casca íntegra, sem ferimentos e/ou defeitos, tenros, sem corpos estranhos e/ou terra aderida à superfície. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Preferencialmente orgânico. Kg.	Kg.	10.000
30.PONKAN/TANGERINA/BERGAMOTA MONTENEGRINA		
Ponkan ou tangerina ou bergamota montenegrina, frescas, com peso mínimo de 100g, casca lisa, firme, preferencialmente orgânica, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, ponto certo de maturação. Não conter terra, insetos ou corpos estranhos aderidos na casca. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg. Os pedidos serão realizados por unidades. Para o pagamento será utilizada a proporção de 1 kg igual a 10 unidades da fruta.	Kg.	12.000
31. REPOLHO BRANCO		
Produto com tamanho médio, fresco, de primeira qualidade, preferencialmente orgânico, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e coloração uniforme, livres de terra nas folhas externas, de acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	9.500
32. REPOLHO ROXO		
Produto com tamanho médio, fresco, de primeira qualidade, preferencialmente orgânico, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e coloração uniforme, livres de terra nas folhas externas De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	1.100
33. SUCO DE LARANJA		
Produto natural, integral, oriundo da extração de laranjas frescas, de primeira qualidade. Não fermentado, não concentrado, não diluído, com um teor mínimo de sólidos totais. Deve ser mantido sob congelamento. De acordo com Instrução Normativa N° 1, de 07 de janeiro de 2000. Deve ser embalado em pacotes de polietileno transparente, bem vedados. O rótulo deve conter a descrição da data de fabricação/envasamento, prazo	Kg.	12.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

de validade, informações nutricionais, ingredientes, fabricante do produto, marca, peso do produto e Registro no Ministério da Saúde ou da Inspeção Municipal. Produto preferencialmente orgânico. L. Pacotes de polietileno de 1 litro.		
34. TEMPERO VERDE		
Tempero composto 50% por salsa e 50% cebolinha, com talos e folhas inteiras, graúdas, firmes e bem desenvolvidas, sem manchas, preferencialmente orgânico, com coloração uniforme e sem raízes. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. O produto deverá ser entregue em maços de 100 gramas. Kg.	Kg.	1.500
35. TOMATE		
Tomate tipo longa vida, tamanho médio, preferencialmente orgânico, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	14.000
36. VAGEM		
Vagem fresca, limpa, íntegra, sem danificações físicas. Preferencialmente orgânica, cor e aroma característico da espécie. Isento de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. De acordo com a Resolução CNNPA nº 12/1978. Kg.	Kg.	1.000

*Preço de Aquisição (R\$) Unitário Valor Total. Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE 04/2015, Art.29, §3º).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO II
MODELO DE PROJETO DE VENDA
MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE			
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº001/2021			
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES			
GRUPO FORMAL			
1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço	4. Município/UF		
5. E-mail	6. DDD/Fone		7. CEP
8. Nº DAP Jurídica	9. Banco	10. Agência Corrente	11. Conta Nº da Conta
12. Nº de Associados	13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física
15. Nome do representante legal	16. CPF		17. DDD/Fone
18. Endereço		19. Município/UF	
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC			
1. Nome da Entidade		2. CNPJ	3. Município/UF
4. Endereço			5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail		7. CPF	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

III - RELAÇÃO DE PRODUTOS

III - RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*			5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total		
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/E-mail:		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE							
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº001/2021							
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES							
GRUPO INFORMAL							
1. Nome do Proponente				2. CPF			
3. Endereço				4. Município/UF		5. CEP	
6. E-mail (quando houver)				7. Fone			
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não				9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone	
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES							
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2. CPF		3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC							
1. Nome da Entidade			2. CNPJ			3. Município	
4. Endereço						5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail					7. CPF		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade	6. Valor Total
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total do projeto

OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				Total do projeto:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal	Fone/E-mail: CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº001/2021					
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP	
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)	
9. Banco	10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente		
II- Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome		CNPJ		Município	
Endereço				Fone	
Nome do Representante Legal			CPF		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima					



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
---------------	--	------

D.O.U., 08/04/2015 - Seção 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO III

LOCAIS E ENDEREÇOS DE ENTREGA

Nº	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS/ E-MAILS	ENDEREÇO/RUA/Nº BAIRRO	FONE
01	CEIM ADELINA CARLESSO ceim.adelina@chapeco.sc.gov.br	Rua: Cunha Porã, 19- Lot. Alice II EFAPI	2049-9483
02	CEIM ALEGRIA DO SABER ceim.alegriadosaber@chapeco.sc.gov.br	Rua: Moacir Moro, 235D Lot. Zanrosso EFAPI	2049-9454
03	CEIM ALTO DA SERRA ceim.altodaserra@chapeco.sc.gov.br	Distrito de Alto da Serra MEIO RURAL	3391-0091 2049-9467
04	CEIM AQUARELA ceim.aquarela@chapeco.sc.gov.br	Rua: Henriberito Hulsen, 146E Esquina Nereu Ramos PASSO DOS FORTES	2049-9435
05	CEIM BB CRIANÇA ceim.bbcrianca@chapeco.sc.gov.br	Rua: Amazonas, 114D UNIVERSITÁRIO	3329-0559 2049-9416
06	CEIM BRINCAR E APRENDER ceim.aprender@chapeco.sc.gov.br	Rua: Paraná, 146D SANTO ANTONIO	2049-9425
07	CEIM BRINCAR E CRESCER ceim.crescer@chapeco.sc.gov.br	Rua: Marechal Candido Rondon, 1938E PINHEIRINHO	3322-4235 2049-9418
08	CEIM CANTINHO DA IMAGINAÇÃO ceim.cantinho@chapeco.sc.gov.br	Rua: Maria Favaretto, 232 TREVO	3328-1024
09	CEIM CARMEM PELIZZA ceim.carmempelizza@chapeco.sc.gov.br	Rua: Sergio Luiz Meneguini, 150D LÍDER	2049-9456
10	CEIM CIRANDA DA CRIANÇA ceim.cirandacrianca@chapeco.sc.gov.br	Rua: Pardais, 921 D – Lot. Jardim do Lago EFAPI	3328-5323
11	CEIM CIRANDA DO SABER ceim.cirandasaber@chapeco.sc.gov.br	Rua: Mal. Floriano Peixoto, 1450 D SAIC	3324-4650
12	CEIM CRIANÇA É ESPERANÇA ceim.esperanca@chapeco.sc.gov.br	Rua: Martinho Lutero, 1070E SÃO CRISTOVÃO	3323-0503 2049.9469
13	CEIM CRIANÇA FELIZ ceim.feliz@chapeco.sc.gov.br	Extensão: Rua Waldemar Tormen, 300 – Lot. Vale das Hortências	2049-9451 3329-9048 91131636



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

		Sede: Rua Celia Baso, 320 D, Loteamento Cantarelli – EFAPI	Extensão: 33222996
14	CEIM CRISTO REI cristorei.ceim@chapeco.sc.gov.br	Rua:. Camboriú, 675E CRISTO REI	3329-7017 2049-9457
15	CEIM DO COMÉRCIO ceim.docomercio@chapeco.sc.gov.br	Rua: Guaporé 140E CENTRO	2049-9459
16	CEIM ELDORADO ceim.eldorado@chapeco.sc.gov.br	Rua: Faxinal dos Guedes, 1074D ELDORADO	2049-9427
17	CEIM ESPLANADA ceim.esplanada@chapeco.sc.gov.br	Rua: São Leopoldo, 709D ESPLANADA	3328-9877 2049-9414
18	CEIM EXPOENTE ceim.expoente@chapeco.sc.gov.br	Rua: Antônio da Silveira 39E Lot. Expoente PROGRESSO	2049-9403
19	CEIM IRIS ABELLO ceim.abello@chapeco.sc.gov.br	Rua: Graciliano Ramos, 489D JARDIM AMÉRICA	3323-5235
20	CEIM JUNINHO ceim.juninho@chapeco.sc.gov.br	Rua: Santa Terezinha, 75E Lot. Dom José Gomes UNIVERSITÁRIO	2049-9406
21	CEIM LEÃOZINHO ceim.leaozinho@chapeco.sc.gov.br	Rua: Natal, 49E PALMITAL	3323-6115 2049-9429
22	CEIM MARIA DA LUZ BORGES ceim.mariadaluz@chapeco.sc.gov.br	Distrito de Marechal Bormann BORMANN	2049-9428
23	CEIM MARIA HELENA ALVES CHAGAS ceim.parquedaspalmeiras@chapeco.sc.gov.br	Rua: Mascarenhas de Moraes PARQUE DAS PALMEIRAS	3329-3722 2049-9460
24	CEIM MUNDO ENCANTADO ceim.mundo@chapeco.sc.gov.br	Rua: João XXIII, 179E SAIC	2049-9434
25	CEIM NOSSOS SONHOS ceim.nossossonhos@chapeco.sc.gov.br	Rua: Câmara Junior, 2360E JARDIM AMÉRICA	2049-9471
26	CEIM NOVA ERA ceim.novaera@chapeco.sc.gov.br	Borges de Medeiros, 585 D - MARECHAL BORMANN	3329-0542
27	CEIM NOVA VIDA ceim.novavida@chapeco.sc.gov.br	Rua: Afonso Scheffer Distrito de Marechal Bormann – MARECHAL BORMANN	3322-2145 2049-9433
28	CEIM ORACÍLIO COSTELLA	Rua: Uirapuru, 231D, Lot. Colina	2049-9450



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

	ceim.colina@chapeco.sc.gov.br	do Sol - EFAPI	
29	CEIM PARAISO ceim.paraiso@chapeco.sc.gov.br	Rua: Guaporé esq. c/ Ivo Sander 2800 D PARAÍSO	2049-9408
30	CEIM PEQUENO PENSADOR ceim.pequenopensador@chapeco.sc.gov.br	Rua: Ateneu, 149E QUEDAS DO PALMITAL	2049-9424
31	CEIM PEQUENO PRÍNCIPE ceim.principe@chapeco.sc.gov.br	Rua: Irlanda, 360 E PRESIDENTE MÉDICE	3323- 4153 3328-7230
32	CEIM PEQUENOS HERÓIS ceim.herois@chapeco.sc.gov.br	Rua: Quilombo, 611D Lot. Colatto Efapi	3328-7123
33	CEIM PE-TE-CA ceim.peteca@chapeco.sc.gov.br	Rua: Nereu Ramos, 3241 SEMINÁRIO	3331.4191
34	CEIM PROJETO MINHA GENTE ceim.projetominhagente@chapeco.sc.gov.br	Rua: Alfredo Wagner, s/nº ALVORADA	3324-0594 2049-9438 98437-8694
35	CEIM PROTEÇÃO ceim.protecao@chapeco.sc.gov.br	Rua: Cristaldo Rodrigues, 132D VILA REAL	3329 3956 2049.9491
36	CEIM Sã PE TY KóSI johh1818@gmail.com	Linha Gramadinho ÁGUA AMARELA	-
37	CEIM SABERES DA INFÂNCIA ceim.aprender2@chapeco.sc.gov.br	Rua: Ventura Migliorini, 479D SANTO ANTONIO	2049-9422
38	CEIM SÃO PEDRO ceim.saopedro@chapeco.sc.gov.br	Rua: Pará, 2071D SÃO PEDRO	3323 4408 2049-9411
39	CEIM TOLDO CHIMBANGUE elenirss@unochapeco.edu.br	Distrito de Sede Trentin MEIO RURAL	
40	CEIM UNIVERSO DA CRIANÇA ceim.universo@chapeco.sc.gov.br	Rua: Juscelino Kubischek, 120D BELA VISTA	3324 2281
41	CEIM NEW VILLAS	Rua: Patrick Groth 28 Loteamento New Villas Bairro Efapi	
Nº	ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS URBANAS/ E-MAILS	ENDEREÇO/ RUA/ Nº	FONE
01	EBM ANDRÉ ANTONIO MARAFON	Rua: Israel, 1850 D ESPLANADA	3328 -1051



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

	ebm.marafon@chapeco.sc.gov.br		
02	EBM ANITA GARIBALDI ebm.anita@chapeco.sc.gov.br	Rua: João Aurélio Turatti, 742E PRES. MÉDICE	3329-3649
03	EBM CLARA URMANN ROSA ebm.clara@chapeco.sc.gov.br	Rua: Modesto Baccarin, 295D PARQUE DAS PALMEIRAS	3328-4249 2049-9446
04	EBM CRUZ E SOUSA ebm.cruz@chapeco.sc.gov.br	Rua: Madri, 491E LÍDER	3323-1814 2049-9430
05	EBM DILSO CECCHIN ebm.dilso@chapeco.sc.gov.br	Rua: Pernambuco, 859D SANTO ANTONIO	3323-3641 2049-9426
06	EBM DIOGO ALVES DA SILVA ebm.diogo@chapeco.sc.gov.br	Rua: dos Pardais, 544E - Lot. Colatto EFAPI	3329-4223
07	EBM FEDELINO MACHADO DOS SANTOS ebm.fedelino@chapeco.sc.gov.br	Rua: Canários, 530D – Lot. Thiago EFAPI	2049-9443
08	EBM FLORESTAN FERNANDES ebm.florestan@chapeco.sc.gov.br	Rua: Roma, 1151E - Lot. Santa Luzia LIDER	3329-6412 2049-9431
09	EBM GUIDO MANTELLI ebm.guido@chapeco.sc.gov.br	Rua: Vicente José Mantelli, 52E ENGENHO BRAUN	3328-6803 2049-9461
10	EBM HERBERT DE SOUZA ebm.herbert@chapeco.sc.gov.br	Rua: Araras, 965E- Lot. Alta Floresta EFAPI	3328-3451 2049-9449
11	EBM JACOB GISI ebm.jacob@chapeco.sc.gov.br	Rua: Ernesto Balista, 193E ENGENHO BRAUN	3323-9790
12	EBM JARDIM DO LAGO ebm.jardim@chapeco.sc.gov.br	Rua: Paulo Pasquali, 433D – Lot. Jardim do Lago EFAPI	3328-5055
13	EBM MARIA BORDIGNON DESTRI ebm.destri@chapeco.sc.gov.br	Rua: Bom Jesus da Serra, 4600 Eldorado	3323-1400
14	EBM MIRIAN ELENA MEYER ebm.mirian@chapeco.sc.gov.br	Rua: Alfredo Martins Morais, 313D QUEDAS DO PALMITAL	3323-3505
15	EBM OLÍMPIO CORREA FIGUEIRO ebm.olimpio@chapeco.sc.gov.br	Rua: João Francisco Schneider, 234 D BELVEDERE	3324-2462 2049-9439
16	EBM PADRE JOSÉ ANCHIETA ebm.anchieta@chapeco.sc.gov.br	Rua: Tapajós, 283 D UNIVERSITÁRIO	2049-9020
17	EBM PAULO FREIRE	Rua: Clevelândia, 727 E Ala Sul	2049-9436



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

	ebm.pf@chapeco.sc.gov.br	Arena Condá CENTRO	3319.1140 99163-8859
18	EBM REALEZA ebm.realeza@chapeco.sc.gov.br	Rua: Cristino Cruz, 151D SEMINÁRIO	3328-8709
19	EBM RUI BARBOSA ebm.ruibarbosa@chapeco.sc.gov.br	Rua: Brasília, 460D JARDIM ITÁLIA	2049-9465 3328-9798
20	EBM SÃO CRISTOVÃO ebm.saocristovao@chapeco.sc.gov.br	Rua: Prudente de Moraes, 825D SÃO CRISTÓVÃO	3324 5342 2049-9415
21	EBM SERENO SOPRANA ebm.soprana@chapeco.sc.gov.br	Rua: Andorinhas, s/nº EFAPI	3328- 5123
22	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA ebm.severiano@chapeco.sc.gov.br	Rua: João Elói Mendes, 823D SANTO ANTONIO	3329-8365 2049-9440
24	EBM VICTOR MEIRELLES ebm.victor@chapeco.sc.gov.br	Rua: São João Batista, 140D SÃO PEDRO	2049-9464
23	EBM VILA REAL ebm.vilareal@chapeco.sc.gov.br	Rua: Emílio Paludo, 32D VILA REAL	3329-1686 2049-9432
24	EBM VILA RICA ebm.vilarica@chapeco.sc.gov.br	Rua: Vila Rica, s/nº	2049-9421
25	EBM WALDEMAR KLEINUBING ebm.waldemar@chapeco.sc.gov.br	Rua: Carnaúba, 14D BOA VISTA	2049-9412
26	EBM ZÉLIA ROQUE DE LIMA MUNZI ebm.zelia@chapeco.sc.gov.br	Rua: Piratuba, s/nº ALVORADA	3324-0489 2049-9496
27	ESCOLA PARQUE CIDADÃ “LEONEL DE MOURA BRIZOLA” epcleonelbrizola@chapeco.sc.gov.br	Rua: Mal. Floriano Peixoto, 2200 BOM PASTOR	3328-3076 3323-4390 2049-9409 2049-9410
28	ESCOLA PARQUE CIDADÃ CYRO SOSNOSKY epccyrososnosky@chapeco.sc.gov.br	Rua: Valdemar Tormen, 350D Lot. Vale das Hortências EFAPI	3329-9389
1	EBM AGROP. DEM. BALDISSARELLI ebm.agropecuaria@chapeco.sc.gov.br ebm.agrogestora@chapeco.sc.gov.br	Linha Rondinha – Mal. Bormann Fone 3391- 0180	2049-9445 2049-9444



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

	EBM ÁGUA AMARELA ebm.aguaamarela@chapeco.sc.gov.br	Rodovia Angelo Baldissera Linha Água Amarela	2049-9478
03	EBM ASCENDINA BRASINHA DIAS ebm.ascendina@chapeco.sc.gov.br	Linha Cachoeira	
04	EBM ALÍPIO JOSÉ DA ROSA ebm.alipio@chapeco.sc.gov.br	Faxinal dos Rosas - Sede	2049-9479
05	EBM EMÍDIO BATISTELLO janete@mhnet.com.br	Linha Batistello – Sede Figueira	
06	EBM GOIO – ÊN ebm.goioen@chapeco.sc.gov.br	Goio – Ên	2049-9481
07	EBM LAJEADO LISO ebm.lageadoliso@chapeco.sc.gov.br	Baronesa da Limeira	-
08	EBM LAJEADO VERÍSSIMO ebm.verissimo@chapeco.sc.gov.br	Lageado Veríssimo	2049-9486
09	EBM LINHA ALMEIDA ebm.almeida@chapeco.sc.gov.br	Linha Almeida	33199268 (Casa da Serv. Ivete)
10	EBM LINHA CAMPINAS ebmlinhacampinas@chapeco.sc.gov.br	Linha Campinas	2049.4382 2049-9498
11	EBM NOVA AURORA ebm.novaurora@chapeco.sc.gov.br	Granja Aurora – Marechal Bormann	2049-8994
12	EBM RODEIO BONITO ebm.rodeio@chapeco.sc.gov.br	Rodeio Bonito	3391-0011R 24
13	EBM SÃO JOSÉ DO CAPINZAL ebm.capinzal@chapeco.sc.gov.br	Linha Capinzal	-
14	EBM SEDE FIGUEIRA ebmsedefigueira@chapeco.sc.gov.br	Distrito de Sede Figueira	3324.9817
15	EBM THEREZA GABOARDI BALDISSERA ebm.baldissera@chapeco.sc.gov.br	Linha Monte Alegre	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO N.º xx/2021

O Município de Chapecó/SC, através da Secretaria de Educação com sede à Rua _____, N.º _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada neste ato pelo (a) Secretária (a) Municipal, o (a) Sr. (a) _____, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. _____, n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), CPF sob n.º _____ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2021, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para compor o kit de alimentação escolar, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1.2 O regime de execução do presente contrato se dará pelo fornecimento parcelado dos produtos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS.

2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE em conformidade com o Projeto de Venda.

2.2. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação pela contratada de guias de entrega numeradas e com a data do dia de entrega, com as especificações e quantidades a serem fornecidas para cada instituição de ensino. O setor de alimentação enviará por correio eletrônico as especificações e as quantidades a serem entregues para cada instituição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

2.2.1 Cada guia de entrega será composta por duas vias (uma via para a contratada e uma para a EEx), a via destinada à EEx deverá ser entregue ao setor de Alimentação Escolar, depois de realizada a entrega, constando assinatura do recebedor da Instituição de Ensino.

a) No momento da entrega, o Gestor de cada instituição escolar, ou servidor por este designado, realizará a conferência quanto a quantidade e a qualidade dos produtos entregues.

b) Caso ocorra a necessidade de substituição de produtos por rejeição, estas deverão ser realizadas no primeiro horário do dia útil subsequente ao dia da entrega.

2.3. O cronograma de entrega deverá ser respeitado rigorosamente, pois, está vinculada ao cumprimento do cardápio e conseqüente balanceamento nutricional a ser ofertado aos alunos.

a) Em caso de falta de produto (s) a contratada deverá informar ao Setor de Alimentação Escolar, com a maior brevidade possível para que seja agilizada a readequação dos cardápios e a posterior adequação por produto equivalente nutricionalmente, desde que constante no rol da Chamada Pública.

2.4. A Contratada deverá fornecer ao Setor de Alimentação, cópia interna de seu cronograma de entrega, no qual conste o horário e a respectiva instituição, com a indicação do (s) entregador(es).

2.5 Os gêneros alimentícios deverão ser transportados em condições de higiene e temperatura adequados;

2.6. Os meios de transporte de alimentos, refrigerados ou não, devem garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e deterioração do produto;

2.7. É proibido manter no mesmo continente ou transportar no mesmo compartimento de um veículo os alimentos e as substâncias estranhas que possam contaminá-los ou corrompê-los;

2.8 Não será permitido o transporte concomitante de matéria-prima ou produtos alimentícios crus com os alimentos prontos para consumo, se os primeiros apresentarem risco de contaminação para esses últimos;

2.9. Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar riscos de contaminação para o produto e devem garantir, durante o transporte, temperatura adequada para o mesmo.

2.10 Os alimentos perecíveis devem ser transportados em veículo fechado, dependendo da natureza sob: Refrigeração: ao redor de 4°C, não ultrapassando 6°C; Resfriamento: ao redor de 6°C não ultrapassando 10°C ou conforme especificação do fabricante expressa na rotulagem; Congelamento: ao redor de (-18°C) e nunca superior a (-15°C).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE POR DAP

3.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o seguinte remuneração R\$ _____ (_____).

Item	Unid.	Quant.	Descritivo	Valor Unit.	Valor Total
Total geral (R\$)					

4.2. O presente contrato será no valor de R\$ _____

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Cód. Red.	Proj/Atividade	Elemento
107	Transf. FNDE - PNAE	3.3.90.00

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, DA ATUALIZAÇÃO E DO REAJUSTE

6.1. O pagamento à empresa licitante vencedora do presente processo será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota devidamente aceita e mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

6.2. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

6.3. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já estão incluídas as despesas com frete, logística de distribuição, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

6.4. Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

6.5. Não serão efetuados pagamentos daqueles fornecedores que estiverem com a DAP vencida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Do desconto por antecipação de pagamento:

7.2. O MUNICÍPIO poderá negociar descontos para antecipação do pagamento de parcelas;

7.3. O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionado a comprovação de ganhos financeiros reais para o MUNICÍPIO de Chapecó.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as especificações, marcas e prazos, responsabilizando-se pela troca daqueles que não estejam de acordo com o estabelecido;

8.2 Responsabilizar-se pela integralidade dos produtos durante a carga, transporte e descarga dos mesmos, substituindo os que apresentarem danos ou avarias mesmo que de pequena monta.

8.3 Será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento;

8.4 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública durante a vigência do prazo de fornecimento;

8.5 Durante a vigência do fornecimento, informar o contratante sobre mudanças de endereço, assim como de mudanças de números de telefone e de e-mail informados para contato, imediatamente à ocorrência de quaisquer dessas alterações;

8.6 Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento;

8.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoas, as quais não terão qualquer vínculo empregatício com o município;

8.8 O interessado fica obrigado a fornecer ao Município o extrato atualizado (mensal) das DAPs dos fornecedores que entregarem os produtos no referido mês. Somente após a conferência das DAPs as notas fiscais serão encaminhadas para pagamento.

8.8.1 responsabilizar-se por zelar e observar o limite de comercialização por DAP, conforme estipulado no cláusula do presente;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

8.8.2 Fornecer somente DAP's dentro do prazo de validade;

8.9 Fornecer EPI's aos responsáveis pela realização das entregas

8.10 Substituir os produtos danificados durante o processo de entrega ou que apresentem defeito de fabricação, falhas, lacres rompidos, embalagem violadas, rótulos rasgados; produtos sem rótulos; embalagem amassada, dentre outros, no prazo de 2 (dois) dias após notificado, sem prejuízo nas sanções previstas no contrato, ficando a contratada responsável pelas despesas com o recolhimento, estando sujeita as sanções previstas no presente contrato;

8.11 Fornecer produtos frescos, em plena validade e de excelente qualidade;

8.12 Os produtos fornecidos, quando perecíveis, deverão possuir validade mínima de 2/3 da sua validade total, no momento da entrega;

8.13 É da CONTRATADA a responsabilidade pelos danos que possam afetar o MUNICÍPIO ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como realizar às suas expensas a reparação dos mesmos;

8.14 Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública nº 001/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

9.1 Esclarecer as dúvidas que lhes forem apresentadas;

9.2 Fiscalizar a entrega e a qualidade dos produtos;

9.3 Emissão do Empenho;

9.4 Cumprir as condições de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Pessoa Jurídica, Contratada, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor contratado toda a vez que os gêneros alimentícios não sejam entregues em uma das unidades escolares;

c) Multa de 0,1% (um por cento) sobre o valor do contrato toda vez que os alimentos necessitam ser substituídos em virtude de não atendimento das especificações técnicas, danos no transporte e/ou, descarga ou, ainda estejam impróprios para o consumo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

- d) Multa de 0,3% (três centésimos por cento) sobre o valor do Contrato toda vez que a aquisição de alimentos tenha sido realizada de fornecedor com a DAP vencida ou, ainda, no caso de agricultor individual que esse esteja com a DAP vencida.
- e) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, no caso de: descumprimento de instruções repassados visando a boa execução contratual ou na recusa da correção de serviços prestados inadequadamente;
- f) Multa de até 15%(quinze) por cento sobre o valor do contrato nos demais casos de inexecução parcial do contrato.
- g) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado nos casos de rescisão contratual provocada pela contratada;
- h) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- j) Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à Contratada.
- k) Se os valores das faturas forem insuficientes para o pagamento das multas, deverá a licitante recolher a diferença da importância devida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação oficial;
- l) Não sendo o pagamento realizado no prazo estipulado, o a valor originário das multas será inscrito em dívida ativa;
- m) A aplicação das multas não exime a Contratada das demais sanções previstas no presente Contrato.
- n) À Contratada será notificada da aplicação das sanções e terá assegurado o direito de defesa de que trata o § 2º, do artigo 87, da Lei Nº. 8.666/93
- o) O Contratante que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do Contratado, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOCUMENTAL

11.1. O Contratante se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES, RESCISÃO CONTRATUAL E CASOS OMISSOS

12.1. O Contratante em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do Contratado;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do Contratado;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste: sempre que o Contratante alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do Contratado, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

A rescisão deste Contrato por ato unilateral do Município:

12.2. O Município poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular pela Contratada das cláusulas contratuais;
- b) o desatendimento pela Contratada das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

12.3. O Município terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados:

- a) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da Contratada, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- b) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- c) a subcontratação total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste.

12.4. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da Contratada, serão observadas as seguintes condições:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

a) a Contratada não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo ao Município aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a Contratada terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pelo Município, até a data da rescisão, deduzindo os prejuízos causados ao Município.

12.5. A rescisão deste Contrato poderá ocorrer por acordo entre as partes, judicialmente ou ainda, nas demais formas previstas na lei n. 8.666/93.

12.6. Os casos de rescisão administrativa previstas no art. 77 da Lei nº 8.666/93 importam no reconhecimento pela Contratada, nos direitos do município previstos no presente contrato e na legislação aplicável.

12.7. Onde este Contrato e o Edital, forem omissos, prevalecerão as disposições da Lei Federais nº 8.666/83, e 11.947/09 da Resolução/CD/FNDE nº26/13 ou, ainda, das demais normatizações aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 O presente contrato rege-se pela inexigibilidade n.º xx/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADITAMENTO

15.1 Este Contrato poderá ser aditado, nos limites e nas previsões legais, a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMUNICAÇÃO

16.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

17.1. O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura ou até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado pela Secretaria de Educação.

17.2. O fornecedor vencedor, regularmente convocado, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação.

17.3 Caso não haja a assinatura no prazo previsto a administração convocará os licitantes remanescentes para que demonstrem seu interesse em assumir o contrato, bem como aplicará a licitante desistente as sanções previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Integram o presente contrato, mesmo quando não transcritas, as disposições da Chamada Pública nº 001/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1 É competente o Foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXX

Secretaria de Educação

Contratada

Testemunhas:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO V – GUIA DE ENTREGA

Logo marca

PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

GUIA Nº:

Razão social:

DATA:

Assinatura do Entregador: _____

Nome do produto	Nome do produto	Nome do produto	Nome do produto	Nome do produto	Nome do produto	Nome do produto
UNIDADE de medida (KG,LT,Dúzias)						
Unidade escolar						
Escola Básica Municipal						
Centro de Educação Infantil...						
TOTAL	0	0	0	0	0	0



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ

	Comprovante de Entrega		
UNIDADE ESCOLAR	Assinatura do Recebedor	Horas da entrega	OBSERVAÇÕES
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ...			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PREÇOS DE REFERÊNCIA – 2021

Produto	Unid.	Mercado A	Mercado B	Mercado C	Mercado D	Mercado E	Média	Logística (35%)
ABÓBORA JAPONESA	Kg	R\$ 1,99	R\$ 3,99	R\$ 1,99	R\$ 4,50	R\$ 3,50	R\$ 3,19	R\$ 4,30
ABOBRINHA ITALIANA	Kg	R\$ 2,49	R\$ 4,49	R\$ 2,98	R\$ 3,50	R\$ 3,05	R\$ 3,30	R\$ 4,45
ACELGA	Kg	R\$ 5,99	R\$ 4,99	R\$ 2,98	R\$ 3,50	R\$ 3,20	R\$ 4,13	R\$ 5,57
ALFACE (MIMOSA, CRESPA, LISA E ROXA)	Kg	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 7,50	R\$ 9,50	R\$ 12,82
ALMEIRÃO	Kg	R\$ 6,00	R\$ 8,72	R\$ 6,00	R\$ 12,00	R\$ 7,50	R\$ 8,04	R\$ 10,85
ARROZ PARBOILIZADO	Kg	R\$ 5,49	R\$ 5,98	R\$ 5,79	R\$ -	R\$ 4,50	R\$ 5,44	R\$ 7,34
BANANA CATURRA	Kg	R\$ 2,97	R\$ 2,99	R\$ 2,99	R\$ 2,00	R\$ 4,50	R\$ 3,09	R\$ 4,17
BATATA DOCE	Kg	R\$ 1,98	R\$ 2,69	R\$ 1,99	R\$ 3,50	R\$ 3,80	R\$ 2,79	R\$ 3,76
BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA SABOR MORANGO	LT	R\$ 2,69	R\$ 2,76	R\$ 3,87	R\$ -	R\$ 4,80	R\$ 3,53	R\$ 4,76
BETERRABA	Kg	R\$ 2,79	R\$ 3,49	R\$ 2,48	R\$ 3,50	R\$ 3,05	R\$ 3,06	R\$ 4,13
BOLACHA CASEIRA SIMPLES/TRADICIONAL DOCE	Kg	R\$ 29,99	R\$ 18,90	R\$ 24,90	R\$ 20,00	R\$ 18,50	R\$ 22,46	R\$ 30,32



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

BRÓCOLIS	Kg	R\$ 6,00	R\$ 9,72	R\$ 9,95	R\$ 7,50	R\$ 10,00	R\$ 8,63	R\$ 11,65
CARNE SUÍNA SEM OSSO	Kg	R\$ 26,99	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 23,00	R\$ 17,00	R\$ 20,60	R\$ 27,80
CEBOLA	Kg	R\$ 3,47	R\$ 1,99	R\$ 3,49	R\$ 4,00	R\$ 3,80	R\$ 3,35	R\$ 4,52
CENOURA	Kg	R\$ 2,48	R\$ 1,99	R\$ 2,48	R\$ 3,50	R\$ 3,05	R\$ 2,70	R\$ 3,64
CHICÓRIA	Kg	R\$ 12,00	R\$ 13,96	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 7,50	R\$ 11,49	R\$ 15,51
CHUCHU	Kg	R\$ 5,79	R\$ 3,79	R\$ 2,79	R\$ 3,50	R\$ 2,90	R\$ 3,75	R\$ 5,06
COUVE-FLOR	Kg	R\$ 12,48	R\$ 8,73	R\$ 6,22	R\$ 4,00	R\$ 10,00	R\$ 8,29	R\$ 11,19
COUVE FOLHA ORGÂNICA	Kg	R\$ 7,50	R\$ 8,72	R\$ 6,00	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 8,24	R\$ 11,12
DOCE DE LEITE CREMOSO OU EM PASTA	Kg	R\$ 11,79	R\$ 18,36	R\$ 16,22	R\$ 19,00	R\$ 17,50	R\$ 16,57	R\$ 22,36
ESPINAFRE	Kg	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 11,00	R\$ 14,85
FARINHA DE MILHO/FUBÁ MÉDIA	Kg	R\$ 5,49	R\$ 4,99	R\$ 3,99	R\$ 5,00	R\$ 5,10	R\$ 4,91	R\$ 6,62
FEIJÃO PRETO	Kg	R\$ 7,99	R\$ 7,99	R\$ 8,49	R\$ 9,00	R\$ 7,50	R\$ 8,19	R\$ 11,05
IOGURTE SABOR MORANGO	LT	R\$ 5,49	R\$ 5,20	R\$ 6,21	R\$ 7,00	R\$ 6,50	R\$ 6,08	R\$ 8,20
LARANJA (LIMA, BAHIA,	Kg	R\$ 1,97	R\$ 2,99	R\$ 1,99	R\$ 1,80	R\$ 2,90	R\$ 2,33	R\$ 3,14



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

PÊRA)								
MANDIOCA	Kg	R\$ 5,99	R\$ 6,79	R\$ 5,99	R\$ 6,00	R\$ 6,20	R\$ 6,19	R\$ 8,35
MORANGO CONGELADO	Kg	R\$ 16,73	R\$ -	R\$ 19,16	R\$ 20,00	R\$ 18,00	R\$ 18,47	R\$ 24,93
OVOS DE GALINHA	DZ	R\$ 5,49	R\$ 6,45	R\$ 5,99	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 5,99	R\$ 8,08
PEPINO	Kg	R\$ 1,97	R\$ 1,99	R\$ 2,48	R\$ 3,50	R\$ 3,80	R\$ 2,75	R\$ 3,71
PONKAN/TANGERINA/B ERGAMOTA MONTENEGRINA	Kg	R\$ 3,49	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,50	R\$ 3,10	R\$ 3,03	R\$ 4,09
REPOLHO BRANCO	Kg	R\$ 4,50	R\$ 2,66	R\$ 2,78	R\$ 2,50	R\$ 3,10	R\$ 3,11	R\$ 4,19
REPOLHO ROXO	Kg	R\$ 8,40	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 4,00	R\$ 4,10	R\$ 6,50	R\$ 8,77
SUCO DE LARANJA	Kg	R\$ 8,75	R\$ 7,99	R\$ 8,81	R\$ 6,50	R\$ 7,20	R\$ 7,85	R\$ 10,59
TEMPERO VERDE	Kg	R\$ 19,90	R\$ 25,00	R\$ 19,86	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 18,95	R\$ 25,58
TOMATE	Kg	R\$ 4,99	R\$ 6,79	R\$ 3,99	R\$ 4,00	R\$ 4,10	R\$ 4,77	R\$ 6,43
VAGEM	Kg	R\$ 4,99	R\$ 5,99	R\$ 6,98	R\$ 10,00	R\$ 18,00	R\$ 9,19	R\$ 12,40